

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# PROCESSO PENAL

12ª edição revista, atualizada e ampliada

Revista  
dos Tribunais



Thomson  
Reuters™

*Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Estagiários:* Aline Pavanelli e João Victor Sales

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*  
*Gerente de Conteúdo*  
**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*  
**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*  
**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Badaró, Gustavo Henrique  
Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 12. ed. rev., atual. e  
ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-1481-3

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

24-209212

CDU-343.1

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# Sumário

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Nota do Autor à Décima Segunda Edição.....	11
Nota do Autor à Décima Primeira Edição.....	13
Nota do Autor à Décima Edição.....	15
Nota do Autor à Nona Edição.....	17
Nota do Autor à Oitava Edição.....	19
Nota do Autor à Sétima Edição.....	21
Nota do Autor à Sexta Edição.....	23
Nota do Autor à Quinta Edição.....	25
Nota do Autor à Quarta Edição.....	27
Nota do Autor à Terceira Edição.....	29

## Capítulo 1

### Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais.....	49
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	49
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	52
1.4. Garantia do juiz natural.....	57
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa.....	62
1.6. Garantia da igualdade de partes.....	66
1.7. Garantia do estado de inocência.....	68
1.8. Garantia da motivação.....	74
1.9. Garantia da publicidade.....	82
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição.....	85
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	88
1.12. Garantia do devido processo legal.....	96
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	97
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	104
1.14.1. Características.....	104
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	105
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	105

## Capítulo 2

### Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	113
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	114
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos.....	119
2.1.2.1. Normas sobre procedimento.....	120
2.1.2.2. Normas sobre prova.....	120
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	121
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade.....	124

2.2.	A lei processual penal no espaço.....	125
2.3.	Interpretação da lei processual penal.....	127

### Capítulo 3

#### Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções gerais.....	131
3.2.	Inquérito policial: finalidade.....	132
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	133
3.4.	Natureza jurídica e características.....	133
3.5.	Dispensabilidade do inquérito.....	138
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial.....	139
3.7.	Início do inquérito policial.....	141
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies.....	145
3.9.	Diligências.....	145
3.10.	Identificação criminal.....	148
3.11.	Indiciamento.....	151
3.12.	Incomunicabilidade do preso.....	152
3.13.	Término do inquérito policial.....	152
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	156
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	160
3.16.	Valor probatório.....	161
3.17.	Investigação pelo Ministério Público.....	163
3.18.	Investigação pela defesa.....	166
3.19.	“Juiz das Garantias”.....	169
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	170
3.19.2.	Função e momento de atuação.....	171
3.19.3.	Processos em que não haverá atuação do juiz das garantias.....	174
3.19.3.1.	Processos de competência originária dos tribunais.....	176
3.19.3.2.	Processos de competência do Tribunal do Júri.....	178
3.19.3.3.	Processos da Lei Maria da Penha.....	179
3.19.4.	O rol de competências.....	180
3.19.5.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa.....	185
3.19.6.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo.....	186
3.20.	Acordo de não persecução penal.....	188

### Capítulo 4

#### Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação.....	197
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	197
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	198
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	198
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman.....	199
4.2.	Condições da ação penal.....	199
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	200
4.2.2.	Interesse de agir.....	202
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	204
4.2.4.	Justa causa para a ação penal.....	205
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	212
4.3.	Classificação da ação penal.....	217
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	217
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação.....	219

4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal.....	219
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	221
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal .....	221
4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	222
4.4.1.	Noções gerais .....	222
4.4.2.	Princípios.....	222
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	223
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	225
4.7.	Ação penal de iniciativa privada .....	226
4.7.1.	Princípios.....	226
4.7.2.	Queixa.....	227
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	228
4.8.1.	Decadência .....	228
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa .....	229
4.8.3.	Perdão do ofendido .....	230
4.8.4.	Perempção .....	231
4.9.	Denúncia ou queixa .....	232
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	232
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias .....	233
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	234
4.9.1.3.	Classificação do crime .....	235
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	236
4.9.1.5.	Elementos autenticativos .....	236
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	236

## Capítulo 5

### Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais .....	241
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização .....	241
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	242
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	243
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	246
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	247
5.7.	Rescisão do julgado penal.....	248
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal .....	248
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude .....	251
5.8.1.1.	Legítima defesa .....	251
5.8.1.2.	Estado de necessidade.....	252
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal .....	252
5.8.1.4.	Exercício regular de direito.....	253
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	253

## Capítulo 6

### Competência

6.1.	Noções gerais .....	257
6.2.	Concretização da competência.....	258
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	262
6.4.	Crítérios de distribuição de competência .....	263
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	268
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domicílio da vítima .....	272

6.4.3.	Competência pela prevenção .....	275
6.4.4.	Competência pela natureza da infração .....	276
6.4.5.	Competência pela distribuição .....	277
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função .....	279
6.5.	Prorrogação da competência .....	283
6.5.1.	Noções preliminares.....	283
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	285
6.5.3.	Conexão.....	286
6.5.4.	Continência.....	289
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência .....	290
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalectente .....	295
6.5.7.	Desaforamento .....	299
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos .....	299
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	300

### **Capítulo 7** **Sujeitos processuais**

7.1.	Juiz .....	307
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes .....	307
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos .....	309
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	312
7.1.1.3.	Procedimento .....	313
7.1.1.4.	Efeitos .....	313
7.1.2.	Suspeição do juiz.....	314
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição .....	314
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	316
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito.....	316
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados .....	316
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	317
7.3.	Ministério Público.....	318
7.3.1.	Natureza jurídica .....	318
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial” .....	318
7.3.3.	Princípios do Ministério Público .....	320
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público .....	321
7.4.	Autoridade policial.....	322
7.5.	Acusado.....	322
7.5.1.	Questões terminológicas .....	322
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	323
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	323
7.5.4.	Revelia do acusado .....	324
7.6.	Defensor .....	324
7.6.1.	Defesa técnica .....	324
7.6.2.	Finalidade da defesa .....	324
7.6.3.	Aspectos terminológicos .....	325
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	325
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica.....	326
7.7.	Curador .....	327
7.7.1.	Finalidade.....	327
7.8.	Assistente de acusação .....	328
7.8.1.	Finalidade.....	328

7.8.2.	Cabimento .....	329
7.8.3.	Momento .....	330
7.8.4.	Legitimados.....	331
7.8.5.	Poderes do assistente .....	333
7.8.6.	O assistente e a testemunha .....	334

## Capítulo 8

### Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes .....	341
8.2.	Questões prejudiciais .....	342
8.2.1.	Noções gerais .....	342
8.2.2.	Classificações .....	343
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	344
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	346
8.2.5.	Legitimados.....	348
8.2.6.	Momento de arguição .....	348
8.2.7.	Recurso .....	348
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade .....	349
8.3.1.	Exceção de suspeição.....	349
8.3.1.1.	Abstenção do juiz.....	350
8.3.1.2.	Legitimados.....	350
8.3.1.3.	Momento da arguição .....	350
8.3.1.4.	Procedimento .....	351
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados.....	353
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público .....	353
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça .....	354
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial.....	354
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	354
8.3.2.1.	Procedimento .....	354
8.4.	Da exceção de incompetência .....	355
8.4.1.	Hipóteses de incompetência.....	355
8.4.2.	Abstenção do juiz.....	356
8.4.3.	Legitimados.....	356
8.4.4.	Momento da arguição .....	357
8.4.5.	Procedimento.....	357
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada .....	358
8.5.1.	Distinção .....	358
8.5.2.	Legitimados.....	360
8.5.3.	Momento de arguição .....	360
8.5.4.	Procedimento.....	360
8.5.5.	Recurso .....	361
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	362
8.6.1.	Cabimento .....	362
8.6.2.	Legitimados.....	362
8.6.3.	Momento de arguição .....	362
8.6.4.	Procedimento.....	363
8.6.5.	Recurso .....	363
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	364
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas .....	364
8.7.2.	Legitimados.....	365

8.7.3.	Momento .....	365
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	366
8.7.5.	Requisitos .....	366
8.7.6.	Procedimento.....	367
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	369
8.7.8.	Natureza jurídica .....	369
8.8.	Incidente de falsidade documental.....	370
8.8.1.	Cabimento.....	370
8.8.2.	Legitimados.....	372
8.8.3.	Momento .....	373
8.8.4.	Procedimento.....	373
8.9.	Incidente de insanidade mental.....	375
8.9.1.	Cabimento.....	375
8.9.2.	Legitimados.....	376
8.9.3.	Momento .....	376
8.9.4.	Procedimento.....	377
8.9.5.	Resultado do laudo .....	379

### Capítulo 9

#### Comunicação dos atos processuais

9.1.	Atos de comunicação processual.....	385
9.2.	Citação.....	385
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação .....	385
9.2.2.	Citação por mandado.....	386
9.2.3.	Citação por edital.....	391
9.2.4.	Citação com hora certa .....	394
9.2.5.	Citação e revelia .....	395
9.2.6.	Vícios da citação.....	396
9.3.	Intimação .....	397

### Capítulo 10

#### Da prova

10.1.	Teoria geral da prova .....	403
10.1.1.	Noções preliminares.....	403
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade.....	403
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova .....	408
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova .....	409
10.1.4.1.	Meios de prova .....	410
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	411
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	412
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	413
10.1.7.	Prova emprestada .....	416
10.1.8.	Objeto da prova.....	420
10.1.9.	Momentos probatórios .....	420
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas .....	422
10.1.11.	Provas ilícitas.....	425
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções.....	425
10.1.11.2.	Uma proposta de conceituação das provas ilícitas .....	427
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação .....	431
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	432



10.1.13.	Sistemas de valoração da prova .....	435
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial.....	437
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração.....	438
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	440
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios .....	443
10.1.14.1.	Noções gerais .....	443
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	445
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	448
10.1.15.	Ônus da prova .....	464
10.1.15.1.	Noções gerais .....	464
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .....	464
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .....	466
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias .....	470
10.2.1.	Conceito .....	470
10.2.2.	Características.....	471
10.2.3.	Classificações .....	471
10.2.4.	Perito .....	471
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito.....	472
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .....	473
10.2.7.	Procedimento probatório .....	475
10.2.8.	Valor probatório .....	477
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova .....	478
10.2.9.1.	Conceito e finalidade da cadeia de custódia .....	478
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia.....	480
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia .....	483
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital .....	487
10.3.	Interrogatório .....	491
10.3.1.	Natureza jurídica .....	491
10.3.2.	Características.....	492
10.3.3.	Local do interrogatório .....	494
10.3.4.	Procedimento e conteúdo.....	494
10.3.5.	Valor probatório .....	495
10.4.	Confissão.....	495
10.4.1.	Conceito e elementos .....	495
10.4.2.	Natureza jurídica .....	496
10.4.3.	Classificações .....	496
10.4.4.	Características.....	496
10.4.5.	Valor probatório .....	497
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	498
10.5.1.	Conceito .....	498
10.5.2.	Natureza jurídica .....	498
10.5.3.	Requisitos .....	499
10.5.4.	Valor probatório .....	499
10.5.5.	Da colaboração premiada.....	500
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada.....	501
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo .....	503
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração...	506
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo.....	508

10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo .....	510
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada .....	520
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada .....	520
10.6.	Declarações do ofendido .....	524
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	524
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas .....	524
10.6.3.	Natureza jurídica .....	525
10.6.4.	Procedimento probatório .....	525
10.6.5.	Valor probatório .....	526
10.7.	Prova testemunhal .....	527
10.7.1.	Conceito .....	527
10.7.2.	Características .....	527
10.7.3.	Classificações .....	528
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor .....	529
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	530
10.7.6.	Procedimento probatório .....	531
10.7.7.	Contradita .....	533
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal .....	534
10.8.	Acareação .....	538
10.8.1.	Conceito e características .....	538
10.8.2.	Procedimento probatório .....	538
10.8.3.	Valor probatório .....	540
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	540
10.9.1.	Conceito .....	540
10.9.2.	Procedimento .....	541
10.9.3.	Valor probatório .....	543
10.10.	Prova documental .....	547
10.10.1.	Conceito .....	547
10.10.2.	Características .....	547
10.10.3.	Espécies .....	548
10.10.4.	Documento eletrônico .....	548
10.10.5.	Procedimento probatório .....	549
10.10.6.	Valor probatório .....	550
10.11.	Indícios e presunções .....	551
10.11.1.	Conceito .....	551
10.11.2.	Raciocínio indiciário .....	551
10.11.3.	Valor probatório .....	552
10.11.4.	Indícios e presunções .....	552
10.11.5.	Espécies de presunções .....	553
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova .....	554
10.11.7.	Presunções absolutas .....	555
10.12.	Busca e apreensão .....	555
10.12.1.	Busca domiciliar .....	556
10.12.2.	Busca pessoal .....	560
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão .....	563
10.13.	Interceptação telefônica .....	565
10.13.1.	Questões terminológicas .....	565
10.13.2.	Disciplina constitucional .....	567
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996 .....	571
10.13.4.	Natureza jurídica da medida .....	572

10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica .....	572
10.13.6.	Legitimados e momento .....	574
10.13.7.	Juiz e competência .....	575
10.13.8.	Procedimento probatório .....	577
10.13.9.	Valor probatório .....	582
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....	584
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos.....	584
10.14.2.	Natureza jurídica da medida .....	586
10.14.3.	Fundamento constitucional .....	586
10.14.4.	Espécies de interceptações ambientais .....	589
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental.....	592
10.14.6.	Procedimento probatório .....	595

### Capítulo 11

#### Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença .....	601
11.1.1.	Conceito .....	601
11.1.2.	Classificação e denominações .....	601
11.1.3.	Requisitos da sentença .....	602
11.1.4.	Sentença absolutória .....	605
11.1.5.	Sentença condenatória .....	606
11.1.6.	Intimação da sentença.....	612
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	613
11.2.	Correlação entre acusação e sentença .....	614
11.2.1.	Noções gerais .....	614
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383) .....	615
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	616
11.3.	Coisa julgada.....	622
11.3.1.	Noções gerais .....	622
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	623
11.3.3.	Coisa julgada material.....	624
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	624
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	626
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	627
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	628

### Capítulo 12

#### Do processo

12.1.	Natureza do processo .....	633
12.2.	Objeto do processo penal .....	638
12.2.1.	A irrelevância da lide penal .....	638
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material .....	645
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	649
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais.....	652

### Capítulo 13

#### Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares .....	659
13.2.	Do procedimento comum ordinário.....	662
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	662

13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	663
13.2.3.	Citação do acusado.....	665
13.2.4.	Resposta.....	665
13.2.5.	Absolvição sumária.....	669
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa.....	671
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	673
13.2.7.1.	Declarações do ofendido.....	673
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	673
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos.....	677
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	677
13.2.7.5.	Interrogatório.....	677
13.2.7.6.	Diligências complementares.....	679
13.2.7.7.	Alegações finais.....	680
13.2.7.8.	Sentença.....	682
13.3.	Procedimento sumário.....	685
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário.....	686
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	686
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais.....	688
13.4.1.	Noções preliminares.....	688
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo.....	689
13.4.3.	Processo penal consensual.....	690
13.4.3.1.	Composição civil.....	691
13.4.3.2.	Representação do ofendido.....	691
13.4.3.3.	Transação penal.....	692
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo.....	697
13.4.4.	Procedimento.....	701
13.4.4.1.	Termo circunstanciado.....	702
13.4.4.2.	Audiência preliminar.....	703
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento.....	706
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	709
13.5.1.	Noções preliminares.....	709
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro.....	711
13.5.2.1.	Plenitude de defesa.....	711
13.5.2.2.	Sigilo das votações.....	711
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos.....	713
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	713
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação.....	716
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	716
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	716
13.5.3.3.	Citação do acusado.....	716
13.5.3.4.	Resposta.....	716
13.5.3.5.	Réplica.....	717
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397.....	717
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	718
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido.....	719
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	719
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconheci- mento de pessoas ou coisas.....	720
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	720
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	720

13.5.4.	Pronúncia .....	722
13.5.5.	Impronúncia .....	727
13.5.6.	Absolvição sumária .....	728
13.5.7.	Desclassificação .....	730
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	733
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa .....	733
13.5.10.	Preparação do processo .....	734
13.5.11.	Desaforamento .....	734
13.5.12.	Aceleração do julgamento .....	738
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	738
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri .....	739
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	742
13.5.16.	Do julgamento pelo júri .....	742
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas .....	742
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação .....	745
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	745
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados.....	746
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas .....	748
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	749
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas .....	750
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos .....	751
13.5.16.9.	Leitura de peças .....	751
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado .....	753
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	754
13.5.16.12.	Debates orais .....	755
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos .....	758
13.5.16.14.	Juntada de documentos .....	760
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	762
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	763
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos.....	763
13.5.16.18.	Sala secreta .....	764
13.5.16.19.	Quesitos.....	764
13.5.16.20.	Votação dos quesitos .....	769
13.5.16.21.	Sentença.....	771
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	772
13.5.16.23.	Leitura da sentença.....	775
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares.....	775
13.6.1.	Noções gerais .....	775
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial.....	775
13.6.3.	Ação penal subsidiária .....	776
13.6.4.	Sentença declaratória da falência.....	777
13.6.5.	Recebimento da denúncia .....	777
13.6.6.	Competência do juiz criminal.....	777
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	778
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial.....	778
13.7.2.	Cabimento do procedimento .....	779
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	780
13.7.4.	Denúncia .....	781
13.7.5.	Resposta escrita.....	782

13.7.6.	Recebimento da denúncia .....	784
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	785
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra .....	785
13.8.1.	Noções gerais .....	785
13.8.2.	Cabimento.....	786
13.8.3.	Audiência de reconciliação.....	787
13.8.4.	Exceção da verdade .....	789
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato .....	792
13.8.6.	Pedido de explicações.....	792
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	794
13.9.1.	Noções gerais .....	794
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	795
13.9.2.1.	O exame pericial .....	796
13.9.2.2.	Ação penal.....	799
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública .....	801
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial .....	804
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	805
13.10.1.	Noções gerais .....	805
13.10.2.	Procedimento de drogas .....	806
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes.....	807
13.10.4.	Inquérito policial .....	808
13.10.5.	Oferecimento da denúncia .....	810
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia .....	811
13.10.7.	Notificação .....	811
13.10.8.	Resposta.....	812
13.10.9.	Diligências.....	813
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	813
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária.....	816
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento .....	816

#### **Capítulo 14** **Nulidade dos atos processuais**

14.1.	Noções gerais .....	827
14.2.	Atos inexistentes.....	828
14.3.	Nulidades absolutas .....	832
14.4.	Nulidades relativas .....	832
14.5.	Princípios relativos às nulidades.....	833
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas .....	833
14.5.2.	Princípio da causalidade.....	835
14.5.3.	Princípio do interesse.....	835
14.6.	Nulidades cominadas no CPP.....	836
14.7.	Convalidação dos atos processuais.....	844
14.8.	Meios para alegar as nulidades.....	846

#### **Capítulo 15** **Recursos**

15.1.	Teoria geral dos recursos .....	851
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso .....	851
15.1.2.	Conceito e classificações.....	852
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos.....	853
15.1.3.1.	Taxatividade.....	853

15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões .....	853
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal .....	854
15.1.3.4.	Dialeticidade .....	857
15.1.3.5.	Disponibilidade .....	857
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	858
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....	859
15.1.4.	Efeitos dos recursos .....	861
15.1.4.1.	Efeito devolutivo .....	862
15.1.4.2.	Efeito suspensivo .....	862
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo .....	865
15.1.4.4.	Efeito extensivo.....	865
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	866
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade .....	866
15.1.5.2.	Juízo de mérito .....	867
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade .....	868
15.1.6.1.	Cabimento.....	868
15.1.6.2.	Tempestividade.....	869
15.1.6.3.	Regularidade formal.....	873
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	875
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos.....	875
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos .....	878
15.1.6.5.	Legitimidade .....	880
15.1.6.6.	Interesse.....	883
15.2.	Apelação.....	885
15.2.1.	Noções gerais .....	885
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade .....	885
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593 .....	885
15.2.2.2.	Tempestividade.....	889
15.2.2.3.	Regularidade formal.....	890
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	891
15.2.2.5.	Legitimidade .....	892
15.2.2.6.	Interesse.....	893
15.2.3.	Procedimento.....	893
15.2.4.	Efeitos da apelação.....	893
15.3.	Recurso em sentido estrito .....	897
15.3.1.	Noções gerais .....	897
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade .....	898
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581 .....	898
15.3.2.2.	Tempestividade.....	904
15.3.2.3.	Regularidade formal.....	905
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	905
15.3.2.5.	Legitimidade .....	906
15.3.2.6.	Interesse.....	906
15.3.3.	Procedimento.....	906
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	907
15.4.	Embargos de declaração .....	908
15.4.1.	Noções gerais .....	908
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade .....	909
15.4.2.1.	Cabimento.....	909
15.4.2.2.	Tempestividade.....	911

	15.4.2.3.	Regularidade formal.....	911
	15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	911
	15.4.3.	Procedimento.....	912
	15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	913
	15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos .....	914
	15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração .....	916
15.5.		Embargos infringentes e de nulidades .....	917
	15.5.1.	Noções gerais .....	917
	15.5.2.	Requisitos de admissibilidade .....	917
	15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	917
	15.5.2.2.	Tempestividade.....	918
	15.5.2.3.	Regularidade formal.....	920
	15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	920
	15.5.3.	Procedimento.....	921
	15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes .....	921
15.6.		Carta testemunhável .....	923
	15.6.1.	Noções gerais .....	923
	15.6.2.	Requisitos de admissibilidade .....	923
	15.6.2.1.	Cabimento .....	923
	15.6.2.2.	Tempestividade.....	924
	15.6.2.3.	Legitimidade.....	925
	15.6.3.	Procedimento.....	925
	15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável .....	927
15.7.		Correição parcial .....	927
	15.7.1.	Noções gerais .....	927
	15.7.2.	Requisitos de admissibilidade .....	928
	15.7.2.1.	Cabimento .....	928
	15.7.2.2.	Tempestividade.....	930
	15.7.2.3.	Legitimidade.....	931
	15.7.3.	Procedimento.....	931
	15.7.4.	Efeitos da correição parcial.....	932
15.8.		Recursos especial e extraordinário .....	933
	15.8.1.	Noções gerais .....	933
	15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	934
	15.8.2.1.	Cabimento.....	934
	15.8.2.1.1.	Questões comuns.....	934
	15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário....	938
	15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	946
	15.8.2.2.	Tempestividade.....	949
	15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	950
	15.8.2.4.	Legitimidade .....	950
	15.8.2.5.	Interesse.....	951
	15.8.3.	Procedimento.....	951
	15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	953
	15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	960
	15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	964
15.9.		Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	966
	15.9.1.	Noções gerais .....	966
	15.9.2.	O agravo no Código de Processo Civil .....	967
	15.9.3.	Requisitos de admissibilidade .....	967



15.9.3.1.	Cabimento.....	967
15.9.3.2.	Tempestividade.....	968
15.9.4.	Procedimento.....	968
15.9.5.	Efeitos do agravo.....	969
15.10.	Embargos de Divergência.....	970
15.10.1.	Noções gerais .....	970
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade .....	970
15.10.2.1.	Cabimento.....	970
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado .....	971
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma .....	972
15.10.2.2.	Tempestividade.....	973
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	973
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo .....	975
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse.....	976
15.10.3.	Procedimento.....	977
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	977
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	978
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência .....	978
15.11.	Agravo em execução .....	979
15.11.1.	Noções gerais .....	979
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade .....	980
15.11.2.1.	Cabimento.....	980
15.11.2.2.	Tempestividade.....	980
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse.....	980
15.11.3.	Procedimento.....	980
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução.....	981

## Capítulo 16

### *Habeas corpus*

16.1.	Natureza jurídica.....	985
16.2.	Notícias históricas .....	985
16.3.	Tutela jurisdicional.....	986
16.4.	Condições da ação.....	987
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal .....	987
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade .....	988
16.4.3.	Legitimidade .....	995
16.4.3.1.	Legitimados ativos.....	995
16.4.3.2.	Legitimidade passiva .....	996
16.5.	Pressupostos processuais.....	997
16.6.	Competência.....	999
16.7.	Procedimento .....	1000
16.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova .....	1003
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1006
16.9.1.	Requisitos de admissibilidade .....	1006
16.9.1.1.	Cabimento.....	1006
16.9.1.2.	Legitimidade recursal .....	1008
16.9.1.3.	Interesse recursal .....	1009
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo .....	1009
16.9.1.5.	Tempestividade.....	1009
16.9.2.	Procedimento.....	1009
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1010

**Capítulo 17**  
**Revisão criminal**

17.1.	Noções gerais .....	1013
17.2.	Condições da ação .....	1014
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	1014
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação .....	1020
17.2.3.	Legitimidade .....	1021
17.3.	Pressupostos processuais .....	1022
17.4.	Procedimento .....	1023
17.5.	<i>Standard</i> de prova e Ônus da prova .....	1025
17.6.	Efeitos da sentença absolutória .....	1026
17.7.	Coisa julgada .....	1027
17.8.	Indenização pelo erro judiciário .....	1027

**Capítulo 18**  
**Medidas cautelares**

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	1031
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares .....	1031
18.1.2.	Características das tutelas cautelares .....	1032
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética .....	1032
18.1.2.2.	Acessoriedade .....	1032
18.1.2.3.	Preventividade .....	1033
18.1.2.4.	Provisoriedade .....	1033
18.1.2.5.	Cognição sumária .....	1035
18.1.2.6.	Referibilidade .....	1036
18.1.2.7.	Proporcionalidade .....	1037
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais .....	1037
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais .....	1039
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal .....	1040
18.2.	Medidas cautelares pessoais .....	1043
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais .....	1045
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares .....	1045
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada .....	1047
18.2.1.3.	Contraditoriedade .....	1050
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva .....	1050
18.2.1.5.	Cumulatividade .....	1051
18.2.2.	Prisão em flagrante .....	1051
18.2.2.1.	Conceito e finalidade .....	1051
18.2.2.2.	Classificação .....	1052
18.2.2.3.	Situação de flagrante .....	1052
18.2.2.4.	Situações especiais .....	1053
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito .....	1055
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade ...	1057
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial .....	1058
18.2.3.	Prisão preventiva .....	1060
18.2.3.1.	Momento para decretação .....	1060
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão .....	1061
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão .....	1063
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva .....	1063

18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva .....	1064
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva .....	1065
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública .....	1066
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica .....	1069
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal .....	1070
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal .....	1071
18.2.3.6.5.	<i>O periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão .....	1073
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva .....	1074
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada .....	1076
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação .....	1077
18.2.3.9.	Prisão domiciliar .....	1079
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica .....	1082
18.2.4.	Prisão temporária .....	1084
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento .....	1085
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária .....	1086
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária .....	1087
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária .....	1087
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária .....	1088
18.2.5.	Audiência de custódia .....	1088
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia .....	1088
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH .....	1089
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz .....	1090
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH .....	1095
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia .....	1096
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia .....	1096
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão .....	1101
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva .....	1101
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares? ..	1102
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão .....	1103
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade .....	1105
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão .....	1106
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela? .....	1108
18.2.6.7.	Medidas em espécie .....	1110
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo .....	1110
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares .....	1111
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada .....	1112
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca .....	1114
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno .....	1116
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira .....	1117
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável .....	1122
18.2.6.7.8.	Fiança .....	1124
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis ....	1125
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade .....	1127

	18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança ....	1128
	18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança.....	1129
	18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança .....	1130
	18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda .....	1132
	18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica.....	1135
	18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país .....	1136
18.2.7.		Liberdade provisória .....	1137
	18.2.7.1.	Noções gerais .....	1137
	18.2.7.2.	Natureza jurídica .....	1137
	18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória.....	1138
	18.2.7.4.	Classificação.....	1139
	18.2.7.5.	Momento .....	1139
	18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória.....	1140
	18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude .....	1140
	18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre” .....	1141
	18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1142
18.3.		Medidas cautelares patrimoniais .....	1142
	18.3.1.	Sequestro .....	1143
	18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis .....	1145
		18.3.1.1.1. Objeto .....	1145
		18.3.1.1.2. Requisito.....	1145
		18.3.1.1.3. Legitimados.....	1146
		18.3.1.1.4. Momento .....	1146
		18.3.1.1.5. Finalidade.....	1147
		18.3.1.1.6. Levantamento .....	1147
		18.3.1.1.7. Influência do resultado do processo condenatório.....	1149
	18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis .....	1149
	18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1150
	18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1155
	18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revo- gação .....	1157
18.3.2.		Especialização e registro da hipoteca legal.....	1159
	18.3.2.1.	Objeto .....	1160
	18.3.2.2.	Requisito.....	1160
	18.3.2.3.	Legitimados.....	1160
	18.3.2.4.	Momento .....	1161
	18.3.2.5.	Procedimento .....	1162
	18.3.2.6.	Finalidade.....	1163
18.3.3.		Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1164
18.3.4.		Arresto subsidiário de bens móveis .....	1165
18.3.5.		Da alienação antecipada .....	1166
	18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1166
	18.3.5.2.	Procedimento .....	1167
18.3.6.		Da utilização dos bens constritos.....	1171
	18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1171
	18.3.6.2.	Procedimento .....	1171
		Referências bibliográficas .....	1179